

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) para o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 com relatório dos auditores independentes

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstração dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias	13
Relatório da Administração - 31 de dezembro de 2017	37

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		-	1	1	1
Contas a receber	4	-	-	1.140	1.138
Adiantamentos diversos		5	5	5	5
Total do ativo circulante		5	6	1.146	1.144
Não circulante					
Contas a receber	4	33.820	33.820	36.022	36.024
Imóveis destinados a venda	5	-	-	4.000	4.000
Depósitos judiciais	6	5.288	5.288	5.335	5.335
Partes relacionadas	7	32.063	32.063	32.063	32.063
Investimentos	8	14.529	14.541	-	-
Propriedades para investimento	9	9.262	2.798	9.262	2.798
Imobilizado líquido	10	2.103	2.103	9.842	9.842
Total do ativo não circulante		97.065	90.613	96.524	90.062
Total do ativo		97.070	90.619	97.670	91.206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	11	720	720	734	1.077
Empréstimos e financiamentos	12	5.286	5.286	5.286	5.286
Obrigações trabalhistas e sociais		340	340	349	350
Obrigações tributárias	13	9.350	9.350	9.570	9.570
Partes relacionadas		1.276	982	1.633	982
Total do passivo circulante		16.972	16.678	17.572	17.265
Não circulante					
Provisão para contingências	14	82.231	82.231	82.231	82.231
Total do passivo não circulante		82.231	82.231	82.231	82.231
Total do passivo		99.203	98.909	99.803	99.496
Patrimônio líquido					
Capital social	15	114.516	106.922	114.516	106.922
Reserva de capital		11	11	11	11
Reserva de lucros		3.610	3.610	3.610	3.610
Prejuízos acumulados		(120.270)	(118.833)	(120.270)	(118.833)
Total do patrimônio líquido		(2.133)	(8.290)	(2.133)	(8.290)
Total do passivo e patrimônio líquido		97.070	90.619	97.670	91.206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Despesas operacionais	16				
Gerais e administrativas		(1.417)	(1.036)	(1.429)	(1.042)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(31.523)	-	(31.523)
Equivalência patrimonial		(12)	(6)	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(1.429)	(32.565)	(1.429)	(32.565)
Resultado financeiro líquido	17				
Receitas financeiras		-	2.823	-	2.823
Despesas financeiras		(8)	(10.642)	(8)	(10.642)
		(8)	(7.819)	(8)	(7.819)
Resultado antes da tributação		(1.437)	(40.384)	(1.437)	(40.384)
IRPJ e CSLL correntes		-	(1.366)	-	(1.366)
Prejuízo líquido do exercício		(1.437)	(41.750)	(1.437)	(41.750)
Prejuízo líquido por ação		(0,3531)	(37,4455)	(0,3531)	(37,4455)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(1.437)	(41.750)	(1.437)	(41.750)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.437)</u>	<u>(41.750)</u>	<u>(1.437)</u>	<u>(41.750)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total Patrimônio líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2015	104.137	11	2.086	3.610	(73.774)	36.070
Reversão de reserva			(2.086)			(2.086)
Aumento de capital	2.785					2.785
Reversão de impostos IRPJ/CSLL diferidos ativos					(3.309)	(3.309)
Prejuízo do exercício					(41.750)	(41.750)
Em 31 de dezembro de 2016	106.922	11	-	3.610	(118.833)	(8.290)
Aumento de capital	7.594					7.594
Prejuízo do exercício					(1.437)	(1.437)
Em 31 de dezembro de 2017	114.516	11	-	3.610	(120.270)	(2.133)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(1.437)	(40.384)	(1.437)	(40.384)
Ajustes patrimoniais:				
Resultado de equivalência patrimonial	12	6	-	-
Provisão para contingências	-	9.982	-	9.982
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.086)	-	(2.086)
	(1.425)	(32.482)	(1.437)	(32.488)
Variações do capital circulante:				
Aumento/redução em contas a receber	-	39.230	-	38.995
Aumento/redução em outros créditos	-	1.223	-	1.223
Aumento/redução em obrig. trab. e tributárias	-	(2)	-	(2)
Redução em outras contas a pagar	-	-	(345)	6
Caixa proveniente das operações	-	40.451	(345)	40.222
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.425)	7.969	(1.782)	7.734
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(6.462)	(2.798)	(6.462)	(2.798)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(6.462)	(2.798)	(6.462)	(2.798)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	7.594	2.786	7.594	2.786
Variação de partes relacionadas	292	(1.283)	650	(1.048)
Pagamentos de financiamentos – juros e principal	-	(6.674)	-	(6.674)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de financiamentos	7.886	5.171	8.244	(4.936)
Variação líquido de caixa e equivalente	(1)	-	-	-
Caixa e equivalente ao caixa no início do exercício	1	-	1	1
Caixa e equivalente ao caixa no final do exercício	-	-	1	1
Variação líquido de caixa e equivalente	(1)	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas gerais/administrativas	(1.417)	(32.559)	(1.429)	(32.565)
Valor adicionado bruto	(1.417)	(32.559)	(1.429)	(32.565)
Valor adicionado líquido	(1.417)	(32.559)	(1.429)	(32.565)
Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras	-	2.823	-	2.823
Resultado da equivalência patrimonial	(12)	(6)	-	-
	(12)	2.817	-	2.823
Valor adicionado total a distribuir	(1.429)	(29.742)	(1.429)	(29.742)
Distribuição do valor adicionado:				
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos federais	-	1.366	-	1.366
Subtotal	-	1.366	-	1.366
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	8	10.642	8	10.642
Subtotal	8	10.642	8	10.642
Acionistas				
Prejuízo do exercício	(1.437)	(41.750)	(1.437)	(41.750)
Subtotal	(1.437)	(41.750)	(1.437)	(41.750)
Valor adicionado total distribuído	(1.429)	(29.742)	(1.429)	(29.742)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Indústrias J. B. Duarte S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 1936, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia inicialmente explorava, como atividade principal, a exploração industrial e comercial, exportação e importação de produtos alimentícios e oleaginosos em todas as suas modalidades. Desde 1997 a Companhia redirecionou o seu negócio, passando a atuar predominantemente como administradora de bens próprios e investimentos em outras Companhias. Devido aos altos custos operacionais e a atual situação financeira do Grupo, por decisão dos acionistas controladores, a Companhia mantém atualmente apenas investimento em uma empresa que tem como atividade pré-operacional a atividade imobiliária. Ainda, a Companhia vem realizando ações para o realinhamento dos seus indicadores financeiros e trabalhando fortemente num processo de renegociação de seus passivos.

Como parte das ações para recuperação de capital de giro da Companhia foram adotadas as seguintes ações, em consonância à decisão Conselho de Administração da Companhia em 17 de maio de 2017 que autorizou a emissão de ações para liquidação de dívidas:

- a) Os passivos com fornecedores por prestação de serviços no montante de R\$ 822, registrado na rubrica contas a pagar serão liquidados com a emissão de novas ações da Companhia.
- b) A empresa Kracow Participações S.A detentora de direitos de crédito junto à Companhia, adquiridos do Banco Rural no montante de R\$ 6.464 em 28 de setembro de 2015. A Kracow Participações S.A. utilizou os respectivos direitos de créditos na integralização de capital na Companhia conforme acordo firmado em 12 de abril de 2017.
- c) Integralização de créditos no montante de R\$ 1.600 recebidos e destinados pela Duagro S.A., a Companhia vinculados as negociações realizadas.

Os atos societários suportando as negociações acima, foram formalizados e registrados em outubro de 2017.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base para apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

2.1.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que podem afetar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 1 – Continuidade
- Nota 14 - Provisões para contingências
- Nota 19 – Contingências e prescrições

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelo “Grupo”, em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e da controlada “New Realty” descrita na Nota Explicativa nº 8. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os Valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial (líquido de impostos)” e acumuladas na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

Quando o investimento é alienado ou apresenta redução ao valor recuperável, o ganho ou a perda acumulada anteriormente é reclassificado para o resultado.

iii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e transações com partes relacionadas.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “disponíveis para venda”.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva menos os valores estimados de perdas para os créditos de liquidação duvidosa, se necessário. A redução pela estimativa de perdas para os créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Imóveis destinados à venda

Os imóveis (e os grupos destinados à alienação) são classificados como imóveis destinados à venda e mensurados pelo custo de aquisição, líquido da depreciação até a data de decisão da Administração de vendê-los. Essa condição será considerada satisfeita somente quando a venda for altamente provável e os ativos estiverem disponíveis para venda imediata em sua condição presente. Os imóveis classificados como imóveis destinados à venda estão registrados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo.

3.6. Investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição.

3.7. Propriedades para investimento

Propriedade para Investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

3.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas são revisadas ao final de cada exercício e se apropriada, ajustada.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.10. Ativo mantido para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a alienação de um investimento, ou de uma parcela de um investimento, em uma coligada ou joint venture, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda, e a Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda.

Qualquer parcela de um investimento em uma coligada ou joint venture que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial no momento da alienação quando a alienação resulta na perda de influência significativa sobre a coligada ou joint venture.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas de ativo e passivo. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado e do fluxo de caixa, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*.

3.11. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.13. Transações com partes relacionadas

As contas mantidas com empresas ligadas, coligada e controladas, tanto credoras como devedoras são atualizadas de conformidade com os contratos mantidos com estas empresas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.15. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

3.17. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.18. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.19. Demonstração do Fluxo de Caixa

A apresentação da demonstração de fluxo de caixa foi elaborada nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 – Fluxo de caixa.

Companhia optou por apresentar os fluxos de caixa oriundos de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos passivos como atividade de financiamento.

Adicionalmente, o fluxo de caixa relativo a impostos parcelados está classificado como fluxo de caixa da atividade operacional.

3.20. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

O IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 foi emitida de forma completa em julho de 2014 e substituirá o IAS 39 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39)). O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo, onde a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

O CPC 48 também substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança em 31 de dezembro de 2017, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Sociedade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a entidade fará no futuro. No entanto, em uma avaliação preliminar a Sociedade estima os seguintes potenciais impactos da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017:

- Aumento significativo das divulgações, por conta das exigências do CPC 48 para a divulgação dos critérios de classificação e mensuração, perda esperada e hedge accounting (se aplicável);
- Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trarão impacto significativo em relação às classificações atualmente adotadas de acordo com o CPC 38;
- A Sociedade não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. Sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48;

A Sociedade pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 – Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Companhia estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras alterações

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras e/ou informações contábeis consolidadas da Companhia quando de sua adoção inicial:

- Ciclo de melhorias anuais para IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Imposto de Renda.

A Companhia pretende adotar tais normas quando ela entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. No entanto, não é possível fornecer uma estimativa razoável desse efeito até uma revisão detalhada tenha sido concluída.

4. Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fazenda São Pedro Agropecuária Ltda.	-	-	668	666
Cobrasmaq Máquinas Industriais Ltda.	-	-	472	472
Total	-	-	1.140	1.138

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ACT – Asian Commercial Trade Limited (a)	39.154	39.154	39.154	39.154
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.154)	(39.154)	(39.154)	(39.154)
Total curto prazo	-	-	-	-
Contibrasil Com. e Exp. de Grãos Ltda. (b)	33.820	33.820	36.022	36.023
Masaflex Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	1
Total longo prazo	33.820	33.820	36.022	36.024

- (a)** Refere-se à renegociação de dívidas por meio de instrumento de “Confissão de Dívida” firmado em outubro de 2014 no montante de R\$ 39.154 mil, e que estavam sujeitas a atualização monetária a partir do exercício de 2016 com base nos índices do IGPM/FGV, onde em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado era de R\$ 41.470 mil. Em 31 de dezembro de 2016, a administração com base em análise e na revisão dos riscos e incertezas sobre o recebimento destes créditos, optou pelo reconhecimento contábil das perdas estimadas no total dos créditos, inclusive dos valores levados a esta conta no exercício de 2016 a título de atualização monetária. Para 31 de dezembro de 2017 a administração manteve a provisão relacionadas aos riscos e incertezas.
- (b)** Refere-se a empréstimos concedidos para financiamento de capital de giro, sem negociação de encargos financeiros.

5. Imóveis destinados a venda

Representados por terreno adquirido pela controlada “NewRealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.” para futuros empreendimentos imobiliários, aguardando regularização imobiliária junto à prefeitura de Cabreúva/SP.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imóveis	-	-	4.000	4.000
	-	-	4.000	4.000

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Processos trabalhistas	97	97	144	144
Créditos a receber em depósitos judiciais (a)	5.191	5.191	5.191	5.191
	5.288	5.288	5.335	5.335

(a) Valores referentes a dois processos: 20ª vara da justiça federal – processo 95.006.1237-2 e 18ª vara cível – processo 53064821991.

6.1 Contingências ativas junto à União Federal

No período de 1992 a 1994 a Companhia mantinha entre outras atividades operacionais, a importação de trigo da Argentina. Tais importações foram desembaraçadas à época com o pagamento do Imposto de Importação (II). Posteriormente, em função de ser a Argentina, um país membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), ficou estabelecido que essas importações, não estariam sujeitas aquele imposto, restando a Companhia buscar o devido ressarcimento.

Através de Ação Ordinária de Restituição de Imposto Federal proposta pela Companhia junto à 14ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, buscando a restituição daquele imposto, teve sentença favorável julgada e divulgada em 17.05.07. O Supremo Tribunal Federal da 3ª Região, publicou decisão transitada em julgado favorável a Companhia, não restando mais possibilidade de recurso por parte da Receita Federal, aguardando a processo de apuração dos valores. Esta ação, como se trata de matéria de fato, onde a empresa foi obrigada a recolher valores considerados indevidos, os direitos da Indústrias J.B.Duarte S.A., estão assegurados conforme parecer dos assessores jurídicos. Esta Contingência Ativa, após a apuração dos haveres, a Companhia espera compensar quase que integralmente com as obrigações tributárias em cobrança pela Receita Federal.

7. Partes relacionadas – ativo não circulante

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Duagro S.A. Participações e Administração	32.063	32.063	32.063	32.063
	32.063	32.063	32.063	32.063

Os empréstimos de mútuo visam à cobertura de necessidade de caixa das empresas e estão suportadas por contrato de mútuo e incidência de encargos financeiros com base na variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancário.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

Descrição	2017	2016
Newrealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.		
Capital Social – R\$ 1,00	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas:	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas possuídas	21.000.123	21.000.123
Percentual de participação	99,9999%	99,9999%
Patrimônio Líquido – R\$ mil	14.529	14.541
Resultado do exercício	(12)	(6)
Valor contábil investimento inicial	14.541	14.547
Resultado de equivalência patrimonial	(12)	(6)
Valor investimento ajustado	14.529	14.541

9. Propriedades para investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imóveis	9.262	2.798	9.262	2.798
	9.262	2.798	9.262	2.798

Conforme contrato de compra e venda assinado em 30 de maio de 2016, a Companhia adquiriu 50% de uma propriedade rural no Município de São José dos Campos – SP denominada Fazenda São Pedro das Araucárias, em valores de mercado no montante de R\$ 2.798, constituído um crédito no mesmo montante à empresa vendedora Contibrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda.

10. Imobilizado

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imóveis	2.103	2.103	9.823	9.823
Veículos	-	-	19	19
	2.103	2.103	9.842	9.842

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a pagar	720	720	734	1.077
	720	720	734	1.077

12. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Banco Itaú S.A.	5.286	5.286	5.286	5.286
	5.286	5.286	5.286	5.286

Referem-se a contratos de empréstimos que encontram sub judice, em fase final de sentença, atualizados monetariamente com base nos índices estabelecidos pelo TJSP.

13. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRRF a recolher	141	141	141	141
IRPJ a recolher	3.839	3.839	3.993	3.993
Contribuição social a recolher	1.454	1.454	1.520	1.520
Parcelamento – Lei 11941/09 (a)	3.678	3.678	3.678	3.678
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	7	7	7	7
Diversos impostos a recolher	231	231	231	231
	9.350	9.350	9.570	9.570

(a) REFIS - Refinanciamento fiscal - A Companhia encaminhou à Receita Federal o levantamento das pendências referentes a impostos e tributos, habilitando-se, em tempo, à obtenção de um parcelamento de parte das discussões fiscais, onde nossos assessores jurídicos entendem que são valores efetivamente devidos e sem possibilidade de contestação pela Companhia. O levantamento enviado, após análise pela Receita Federal, foi deferido em julho de 2011. No exercício de 2015 não foi feito pagamento das parcelas, e dessa forma houve a exclusão ao programa de parcelamento. Considerando a falta de informações junto à Receita Federal não foi possível quantificar o montante devido.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contingências trabalhistas	2.592	2.592	2.592	2.592
Contingências tributárias (a)	79.639	79.639	79.639	79.639
	82.231	82.231	82.231	82.231

- (a) Contingências passivas - Em Despacho de 19 de maio de 2008, da Procuradoria da Fazenda Nacional ao Exmo. Sr. Juiz Federal da 6ª Vara Especializada em Execuções Fiscais – São Paulo, informando a existência de débitos fiscais da ordem de R\$ 202 milhões, sendo que, neste despacho, estava sendo executada para fins de cobrança o valor de R\$ 52.417 mil, que atualizado até 31 de dezembro de 2016 monta em 79.639 mil. A Companhia não atualizou o saldo para o período findo em 31 de dezembro de 2017. Considerando que através da publicação da Ata de Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2008, bem como da publicação dos respectivos demonstrativos financeiros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foi apresentado um lucro do qual soberanamente a Assembleia havia decidido distribuir R\$ 577.828,96 aos seus acionistas, na ocasião, decidiu o Exmo. Sr. Juiz, solicitar que fosse procedida penhora daquele valor, bem como da reserva para futuros investimentos (conta gráfica), impedindo assim que a Companhia pudesse cumprir com o estabelecido na Lei 6404/76 - Artigo 202 e em seu Estatuto Social no artigo 25, item b, sobre a obrigatoriedade de distribuição de um dividendo obrigatório de 25%, após as reservas. A Companhia através de seus assessores jurídicos não obteve até o momento, sucesso em suas tentativas de desbloquear aqueles recursos e distribuí-lo aos acionistas. Também, conforme AGO de 30 de abril de 2010 ocorreu a possibilidade de distribuição de R\$ 34.760 na forma de dividendos, porém como os valores a distribuir eram de pequena monta, resolveu aquela assembleia aprovar a retenção daquele valor para futura distribuição.

15. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em ata do Conselho de Administração em 17 de maio de 2017, a Companhia foi autorizada a aumentar seu capital dentro do limite de Capital Autorizado no montante de R\$ 7.594 (sete milhões, quinhentos e noventa e quatro mil), correspondente a 2.954.628 (dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentas e vinte e oito) ações que passará de R\$ 106.922 (cento e seis milhões, novecentos e vinte e dois mil) para R\$ 114.516 (cento e quatorze milhões, quinhentos e dezesseis mil) e de 1.114.954 para 4.069.582 (quatro milhões, sessenta e nove mil e quinhentas e oitenta e duas) ações sem valor nominal, como parte das ações de renegociação de dívidas, conforme nota explicativa nº 1 com credores para adequação do capital de giro da Companhia. A Companhia fez o registro desta ata do Conselho de Administração na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de outubro de 2017.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando o relato acima, o capital social da Companhia é de R\$ 114.516 (cento e quatorze milhões, quinhentos e dezesseis mil reais), representado por 4.069.582 (quatro milhões, sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta e duas) ações sem valor nominal, sendo 1.356.559 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove) ações ordinárias e 2.713.023 (dois milhões, setecentos e treze mil e vinte e três) ações preferenciais”.

	2017	2016
Ações ordinárias	1.356.559	371.660
Ações preferenciais	2.713.023	743.294
Total	4.069.582	1.114.954

Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, a quantidade e espécie de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.

b. Dividendos

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. O saldo remanescente será colocado à disposição da assembleia geral que deliberará sobre sua destinação.

As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. O resultado ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresenta prejuízo, não sendo possível a distribuição de dividendos e/ou juros do capital próprio, tendo em vista o disposto no Artigo 189 da Lei 6.404/76 que determina que antes de qualquer distribuição de qualquer participação, devem ser deduzidos os prejuízos acumulados, e a provisão para imposto de renda.

c. Resultado por ação:

Em 31 de dezembro de 2017	Ações preferencias	Ações ordinárias	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas	(958)	(479)	(1.437)
Quantidade de ações	2.713.023	1.356.559	4.069.582
Resultado por ação – R\$	(0,3531)	(0,3531)	(0,3531)

Em 31 de dezembro de 2016	Ações preferencias	Ações ordinárias	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas	(27.832)	(13.917)	(41.749)
Quantidade de ações	743.294	371.660	1.114.954
Resultado por ação – R\$	(37,44)	(37,44)	(37,44)

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contratação de terceiros	(1.130)	(2.940)	(1.130)	(2.965)
Telefonia	(1)	(9)	(1)	(9)
Propaganda	(9)	(17)	(9)	(16)
Honorários	(88)	(15)	(88)	(15)
Perda Recebimento Crédito	-	(29.558)	-	(29.558)
Outros	(189)	(20)	(201)	(2)
	(1.417)	(32.559)	(1.429)	(32.565)
Resultado equivalência patrimonial	(12)	(6)	-	-
	(1.429)	(32.565)	(1.429)	(32.565)

17. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Juros	-	2.823	-	2.823
	-	2.823	-	2.823
Despesas				
Juros	-	(10.632)	-	(10.632)
Despesas bancárias	(8)	(10)	(8)	(10)
	(8)	(10.642)	(8)	(10.642)
Resultado financeiro líquido	(8)	(7.819)	(8)	(7.819)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como seguem:

Caixa e equivalentes de caixa: os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;

Contas a receber: as contas a receber de clientes são deduzidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa;

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Financiamentos: valores contratados para aquisição de ativo imobilizado e capital de giro atualizado com juros transcorridos no período;

Empréstimos: os valores são mensurados a valor de mercado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente; e

Fornecedores: os valores contratados para as obrigações com fornecedores decorrentes, em sua maioria, de prestadores de serviços.

A Companhia não efetuou nem mantém aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de “swap”, atividade de hedge ou similares. Em 31 de dezembro de 2017, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela área de gestão financeira de modo a garantir que a geração de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para o cumprimento de seus compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

19. Contingências e Prescrições

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e as eventuais notificações para os recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas a revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitas à revisão por diferentes períodos prescricionais.

Adicionalmente, de acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia e sua controlada estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos (IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica; CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados; II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros; PIS - Programa de Integração Social; e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e ao imposto estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ou IVA - Imposto sobre Valor Agregado para as suas controladas internacionais). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Partes relacionadas

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 642 da CVM e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) sobre partes relacionadas, apresenta suas vinculações referente ao tema. A Companhia regularmente informa a CVM e BOVESPA em conformidade com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002 (com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 369/02, 449/07, 547/14 e 552/14), a movimentação referente a ações de administradores e acionistas da controladora. Todas as operações com partes relacionadas seguem os padrões de praxe utilizados no mercado no que se referem as suas condições e termos.

Controladora – A controladora da Indústrias J.B.Duarte S.A., é a Duagro S.A. Administração e Participações, a qual possui atualmente 55,22 % das ações ordinárias com direito a voto.

Composição acionária da controladora - A controladora tem como acionista e administrador majoritário o Sr. Laodse Denis de Abreu Duarte, detentor de ações ordinárias, correspondente a 71,81% da totalidade de ações.

Conselho de Administração – O Sr. Laodse de Abreu Duarte, é o único membro do Conselho de Administração da Indústrias J.B.Duarte S.A. e também é diretor da Companhia.

20.1 Transações com partes relacionadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativas				
Duagro S.A. (vide nota 7)	32.063	32.063	32.063	32.063
	32.063	32.063	32.063	32.063

**

Indústrias J.B. Duarte S.A.

CNPJ no. 60.637.238/0001-54

Companhia Aberta

Conselho de administração

Laodse Denis de Abreu Duarte	Presidente
Paula Cristina Huertas	Membro
Regiane Cristovão Soares da Cruz	Membro

Diretoria

Laodse Denis de Abreu Duarte	Diretor Presidente
Edison Cordaro	Diretor de Relações com Investidores

Ricardo Nofoente
Responsável Técnico – CRC TC - 1SP 239.711

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores Independentes, relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias J.B. Duarte S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 28 de março de 2018.

Laodse Denis de Abreu Duarte - Diretor-Presidente

Edison Cordaro – Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores Independentes, relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias J.B. Duarte S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 28 de março de 2018.

Laodse Denis de Abreu Duarte - Diretor-Presidente

Edison Cordaro – Diretor de Relações com Investidores

**